

Educação para a Cidadania e Letramento Político no contexto da escola pública: o caso de Sergipe

Cleciane Santos Alves

Resumo

O artigo apresenta a construção de uma proposta de Educação para a Cidadania e Letramento Político no contexto da educação básica em escolas públicas do estado de Sergipe. A experiência tem como ponto de partida o programa SerCidadão, articulado à Rede Estadual de Educação Cidadã, evidenciando práticas pedagógicas voltadas à formação de estudantes como sujeitos de direitos e agentes de transformação social. O respectivo texto demonstra como essas ações têm promovido o desenvolvimento da consciência crítica e o engajamento dos jovens na vida pública, criando espaços de escuta e participação social dentro do ambiente escolar. A partir da vivência concreta em uma escola pública do interior sergipano, especialmente no ensino médio, o artigo detalha iniciativas que aproximam os estudantes das dimensões estruturais da política, fortalecendo o vínculo entre educação e democracia. Ademais, também é apresentada uma prática pedagógica realizada no ensino fundamental, focada no Letramento Político por meio da leitura e retextualização de textos legais, como estratégia para despertar o senso crítico e a compreensão das estruturas sociopolíticas. Como desdobramento das experiências vividas na educação básica, o artigo compartilha a trajetória de pesquisa e intervenção pedagógica desenvolvida no Mestrado Profissional da Universidade Federal de Sergipe, culminando em uma

proposta de Letramento e Prática Político-Cidadã. Por fim, socializa uma proposta formativa para o fortalecimento de lideranças jovens em escolas estaduais da região centro-sul de Sergipe, reafirmando a potência da educação cidadã como instrumento de emancipação e construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Abstract

The article presents the construction of a proposal for Citizenship Education and Political Literacy in the context of basic education in public schools in the state of Sergipe. The starting point for the experience is the SerCidadão program, which is linked to the State Network for Citizen Education, highlighting pedagogical practices aimed at training students as subjects of rights and agents of social transformation. The text shows how these actions have promoted the development of critical awareness and the engagement of young people in public life, creating spaces for listening and social participation within the school environment. Based on concrete experience in a public school in the interior of Sergipe, especially in high school, the article details initiatives that bring students closer to the structural dimensions of politics, strengthening the link between education and democracy. In addition, a pedagogical practice carried out in elementary school is also presented, focused on Political Literacy through the reading and retextualization of legal texts, as a strategy to awaken a critical sense and understanding of socio-political structures. As a result of the experiences lived in basic education, the article shares the research and pedagogical intervention developed in the Professional Master's Degree program at the Federal University of Sergipe, culminating in a proposal for Literacy and Political-Citizen Practice. Finally, it shares a training proposal to strengthen young leaders in state schools in the south-central region of Sergipe, reaffirming the power of citizen education as an instrument of emancipation and the construction of a more just and democratic society.

Este artigo apresenta a construção de uma proposta de Educação para a Cidadania e Letramento Político no contexto da educação básica em escolas públicas do estado de Sergipe. A experiência parte do programa SerCidadão, articulado à Rede Estadual de Educação Cidadã, e evidencia práticas pedagógicas voltadas à formação cidadã crítica de estudantes enquanto sujeitos de direitos e agentes de transformação social. O texto destaca como essas iniciativas têm impulsionado a formação de cidadãos conscientes e engajados na sociedade, criando condições de participação social. No decorrer deste artigo, há o detalhamento da vivência concreta da educação política em uma escola pública do interior de Sergipe, com ênfase nas ações realizadas no ensino médio. Além disso, apresento uma prática pedagógica desenvolvida no ensino fundamental, voltada para o Letramento Político, demonstrando como é possível mobilizar textos legais e dispositivos curriculares para despertar nos estudantes o senso crítico e a compreensão das estruturas sociopolíticas que os cercam. Como desdobramento dessas experiências na educação básica, o artigo também compartilha a trajetória de pesquisa e intervenção pedagógica no Mestrado Profissional da Universidade Federal de Sergipe, por meio do desenvolvimento de uma proposta de Letramento e Prática Político-Cidadã. Por fim, socializa uma proposta formativa voltada à formação de lideranças jovens, atualmente em curso em escolas estaduais da região centro-sul do estado, reafirmando a potência da educação cidadã como caminho para a emancipação e a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Do programa “Ser Cidadão” à Rede Estadual de Educação Cidadã

O Programa *Ser Cidadão*, desenvolvido pela Secretaria de Estado da Educação de Sergipe (SEDUC), surge como uma proposta inovadora de Educação Cidadã com o objetivo de formar jovens do Ensino Fundamental e Médio para o exercício pleno da cidadania. Idealizado por Isabela Mazza e com base no artigo 205 da Constituição Federal,

que garante a educação como direito de todos, o programa busca fortalecer a consciência cívica dos estudantes, preparando-os para compreender o Estado Democrático de Direito e o conjunto de direitos e deveres individuais e coletivos que estruturam a cidadania, tendo em vista a participação social e política de maneira ética e responsável em todas as dimensões da vida comum. A iniciativa também se alinha aos preceitos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e aos dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), reforçando a importância da educação para a formação de cidadãos críticos e engajados.

Cientes de que a efetividade da democracia depende, em grande medida, da participação ativa e consciente de seus cidadãos, o programa *Ser Cidadão* propõe-se a promover conhecimento teórico sobre direitos e deveres, mas também a prática de uma cidadania responsável e solidária. Para tanto, a metodologia adotada considera as especificidades de cada território, reconhecendo as diferentes realidades e necessidades dos jovens sergipanos. Desse modo, a participação da juventude no processo político e social se torna um objetivo central do programa, que busca estabelecer um vínculo entre os estudantes e a política local, estadual e nacional, por meio de atividades práticas como visitas guiadas a órgãos públicos e diálogos com personalidades políticas do estado.

A implementação do programa tem gerado resultados significativos, inclusive no início do mês de abril do corrente ano, foi publicada uma portaria de nº 2706/2025 que institui o programa *SerCidadão* no âmbito da Rede Estadual de Ensino, ou seja, uma iniciativa que estava em parte das escolas da Rede Estadual, a partir da normativa, será implementada em 100% das unidades escolares estaduais de Sergipe. Ademais, o respectivo programa oportunizou a criação da Rede Estadual de Educação Cidadã, que já conta com a participação de professores de 40 unidades escolares. Os educadores participantes têm desenvolvido práticas de educação para a cidadania a partir de abordagens transdisciplinares integradas ao currículo escolar, proporcionando aos alunos uma compreensão profunda do seu papel como cidadãos e a importância de sua inserção na vida pública. O programa representa, assim, um

modelo de educação cidadã que vai além da sala de aula, promovendo a proximidade entre os jovens e os processos democráticos de sua sociedade, estabelecendo um compromisso com a formação de sujeitos mais conscientes, autônomos e engajados com o presente e o futuro do país.

Como professora da Rede Pública Estadual de Educação de Sergipe, tenho um profundo respeito pelo Programa *Ser Cidadão*, já que graças a ele, eu tive a oportunidade de integrar a Rede Estadual de Educação Cidadã em Sergipe e contribuir com a sua expansão. Em 2023, por meio de um convite da técnica da SEDUC, Isabela Mazza, que entrou em contato comigo por indicação de um professor da capital que conheceu o meu trabalho com jovens do Ensino Médio, eu conheci a Rede e aceitei a proposta de fazer parte dela. Esse convite foi o primeiro passo para uma jornada que me levou a propor a expansão dessa educação para toda a região Centro-Sul do estado, com o objetivo de transformar a realidade de nossos jovens.

O trabalho que estamos realizando em Sergipe é, sem dúvida, uma grande realização coletiva, fundamentada no compromisso e na colaboração mútua. A rede de educadores, gestores e jovens tem se fortalecido a cada ação, a cada passo dado, e, com o tempo, estamos vendo o impacto dessa educação transformadora na vida dos estudantes. A proposta de Educação para a Cidadania, além de formar cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, tem aproximado os jovens das questões que impactam diretamente suas vidas e suas comunidades. É com muita alegria e orgulho que compartilho o que temos feito, como temos feito e, sobretudo, onde desejamos chegar: um país mais participativo, democrático e com jovens cada vez mais preparados para exercer sua cidadania de forma plena.

A educação política no contexto do Ensino Médio de uma escola do interior de Sergipe: projeto Conexão Cidadã

A educação política nas escolas, sobretudo no Ensino Médio, deve ocupar lugar de centralidade nos debates curriculares, não como

um conteúdo estanque e isolado, mas como eixo transversal capaz de fomentar o pensamento crítico, a autonomia e a cidadania ativa. Em um cenário cada vez mais complexo, atravessado por polarizações ideológicas, desigualdades sociais e desinformação, formar sujeitos conscientes de seus direitos e deveres é um compromisso ético da educação pública de qualidade. Nesse contexto, nasce o projeto Conexão Cidadã, desenvolvido no Centro de Excelência Professor Abelardo Romero Dantas, como uma iniciativa pedagógica inovadora, ancorada na metodologia de projetos e no compromisso com a formação integral dos estudantes.

Inspirado pela leitura da Coleção *Em Miúdos*, da autora mineira Madu Macedo, o projeto partiu da necessidade de tornar os textos legais acessíveis, compreensíveis e significativos para os jovens. A obra, que retextualiza as principais legislações brasileiras em uma linguagem dialógica e visual, foi ponto de partida para que professores e alunos adentrassem no universo da educação política. Como afirma Silva (2021, p. 49), a leitura precisa acontecer para construir sentidos dentro dos contextos sociais, políticos e culturais – o que, por vezes, tem sido negligenciado no ambiente escolar tradicional. Ao reconhecer os limites da prática pedagógica convencional, que, muitas vezes, se distancia da realidade dos estudantes, nós professores do projeto decidimos ir além dos muros da escola. Após rodas de conversa e estudos coletivos, fomos às ruas da cidade de Lagarto identificar onde e como os direitos previstos na Constituição estavam sendo violados. Essa escuta ativa do território permitiu a construção de uma aprendizagem situada, fundamentada na realidade dos próprios alunos, e representou um passo decisivo para o engajamento genuíno da juventude.

No seu ano inaugural, o *Conexão Cidadã* elegeu como recorte temático a equidade de gênero, com ênfase na formação de jovens mulheres líderes. A escolha foi fruto de um processo democrático e fundamentado na matriz de priorização GUT (Gravidade, Urgência e Tendência), que ajudou a selecionar, entre os diversos problemas mapeados, aquele que exigia ações mais imediatas e potentes. A temática permitiu que os estudantes compartilhassem vivências, questionassem desigualda-

des e propusessem soluções a partir de suas próprias trajetórias e leituras do mundo. Já no ano de 2024, em meio ao contexto eleitoral, o projeto avançou para um novo patamar de atuação: a criação de um Laboratório de Políticas Públicas coordenado pelos próprios estudantes. O recorte temático daquele ano foi justamente políticas públicas, e, em uma abordagem que aliou teoria e prática. Dessa maneira, os alunos passaram a investigar, por meio de pesquisas e escuta comunitária, os problemas que mais afetavam a população do município de Lagarto. Essa escuta ativa, articulada a mentorias com especialistas convidados, possibilitou um aprofundamento temático raro no contexto da educação básica, corroborando com a premissa de que precisamos formar os jovens para que sejam capazes de intervir conscientemente na esfera pública e problematizar, bem como ressignificar, as estruturas sociais vigentes (ANDRADE; ROZA; DAMACENO, 2022, p. 14).

O processo culminou na elaboração de uma Carta Compromisso, construída coletivamente pela juventude do projeto *Conexão Cidadã*, contendo propostas baseadas em diagnósticos reais e dialogadas com os marcos legais previamente estudados. O documento foi apresentado em um fórum com a presença de mais de 200 jovens, contando com a participação dos candidatos a prefeito do município de Lagarto, num momento político de alta polarização no território. A atitude dos estudantes foi exemplo de maturidade democrática e recebeu destaque em diversos portais de notícia locais, demonstrando o impacto concreto da educação cidadã no tecido social. Mais do que uma prática pontual, o *Conexão Cidadã* consolidou-se como um programa pedagógico contínuo e estruturado. Seu sucesso está atrelado à pertinência dos temas abordados e à forma como se organiza: de maneira colaborativa, com grupos de trabalho. A experiência gerou frutos visíveis, como o aumento no rendimento escolar, maior engajamento em sala de aula e desenvolvimento de habilidades comunicativas, reflexivas e propositivas. O nosso trabalho em Sergipe evidencia a importância da Educação Política dentro da escola (COSSON, 2010, 2011; DANTAS, 2010; DANTAS E CARUSO, 2011; DANTAS, COSSON e ESTRAMANHO, 2015).

Em síntese, o projeto *Conexão Cidadã* demonstra que é possível fazer Educação Política no Ensino Médio de maneira ética, crítica, participativa e eficaz. Ao articular leitura de textos legais, escuta do território, metodologias ativas e diálogo com o contexto social e político, a escola transforma-se em espaço de formação cidadã plena. A experiência aponta caminhos para uma educação mais justa, democrática e transformadora – uma educação que reconhece os jovens aprendizes como sujeitos históricos capazes de intervir e construir novos futuros.

Letramento Político no Ensino Fundamental

O letramento político, enquanto prática educativa voltada à formação crítica e cidadã dos sujeitos, tem se consolidado como uma necessidade urgente diante dos desafios contemporâneos enfrentados pela sociedade brasileira. No contexto do Ensino Fundamental, essa abordagem torna-se ainda mais relevante, considerando-se a etapa de formação identitária e social dos estudantes. A experiência pedagógica aqui relatada foi desenvolvida por mim em uma turma do 9º ano C do Colégio Estadual Dr. Evandro Mendes, na cidade de Lagarto/SE, e teve como eixo estruturante a leitura crítica da obra *Constituição em Miúdos I*, com o objetivo de fomentar o protagonismo juvenil e a apropriação consciente dos direitos e deveres constitucionais.

A proposta teve como objetivo geral promover o letramento crítico-social a partir da leitura da *Constituição em Miúdos I*, ampliando o repertório dos estudantes e preparando-os para o exercício efetivo da cidadania. Para tanto, foi elaborada uma sequência didática que integrou múltiplas linguagens – textual, audiovisual, gráfica e oral —, de maneira a diversificar os modos de apreensão e expressão dos saberes trabalhados. A metodologia adotada contemplou momentos de leitura, apreciação estética, debate, escrita criativa, escuta ativa e intervenção social, promovendo um ambiente de aprendizagem dinâmico e dialógico.

A primeira etapa do trabalho consistiu em avaliar o conhecimento prévio dos estudantes acerca da Constituição Federal, além de in-

troduzi-los ao contexto histórico e aos princípios fundamentais que regem a Carta Magna de 1988. Utilizando-se da organização da sala em formato de círculo, o espaço foi intencionalmente pensado como locus de escuta e partilha. Após esse levantamento inicial, foram apresentados os exemplares da Constituição Federal e da obra *Constituição em Miúdos I*, além da exibição do vídeo “Constituição Cidadã”, o que contribuiu para o despertar da curiosidade e da consciência histórica dos estudantes.

Nas etapas seguintes, os alunos foram convidados a explorar a releitura da Constituição proposta por Madu Macedo. A escuta de uma mensagem gravada pela própria autora permitiu humanizar a leitura e aproximar os estudantes do projeto de democratização do acesso ao texto constitucional. A leitura compartilhada de trechos selecionados da obra foi seguida de sínteses orais e produções gráficas, como a elaboração de uma nuvem de palavras com base nas situações reais vivenciadas pelos estudantes e suas comunidades, revelando assim a potência do texto legal quando mediado por práticas significativas.

Para Cosson (2011),

Todo letramento político só se efetiva quando promove práticas que tratam das habilidades e competências necessárias ao desenvolvimento do pensamento crítico, à participação decisória, à resolução pacífica de conflitos, ao viver em uma comunidade em que se reconhece igualmente o direito de cada um, em que há respeito pelo outro. Todo letramento político deve ser guiado por valores ou atitudes que sustentam e favorecem a vida democrática, tais como tolerância, diversidade nas relações sociais, interdependência, igualdade, equidade e liberdade (COSSON, 2011, p. 10).

O projeto ganhou corpo e profundidade e os estudantes foram desafiados a identificar problemas sociais concretos que evidenciassem a negligência da Constituição em suas comunidades. Esses problemas foram retextualizados em histórias em quadrinhos (HQs), nas quais os alunos exerceram sua criatividade e senso crítico para representar e de-

nunciar as situações de descumprimento dos direitos fundamentais. A referida prática está amparada na proposta defendida pelo GNL, ao destacar a importância do caráter democrático das instituições escolares que devem assegurar uma trajetória que faça sentido para os sujeitos em formação:

Em resposta às mudanças radicais que estão em curso na vida profissional, precisamos trilhar um caminho cuidadoso, que ofereça aos alunos a oportunidade de desenvolver habilidades para o acesso a novas formas de trabalho por meio do aprendizado da nova linguagem de trabalho. Mas, ao mesmo tempo, como professores, nosso papel não é simplesmente ser tecnocratas. Nosso trabalho não é produzir trabalhadores dóceis. Os alunos precisam desenvolver a capacidade de falar abertamente, de negociar e de se envolver criticamente com as condições de suas vidas profissionais (GNL, 2021, p. 111).

Com base nas discussões anteriores, os alunos iniciaram o planejamento coletivo para a produção de um podcast, cujo roteiro foi elaborado de forma colaborativa. A proposta foi convidar uma liderança local ou uma figura significativa da comunidade escolar que tivesse relação com a luta por direitos e a vivência da cidadania. Esse movimento visou ampliar os horizontes dos estudantes, conectando o conteúdo trabalhado em sala com a realidade do seu entorno, valorizando os saberes locais e fortalecendo o vínculo escola-comunidade. Isso vai ao encontro do que afirma Dantas (2010) que associa a democracia à participação política e à educação.

A experiência foi marcada por entusiasmo, responsabilidade e envolvimento, demonstrando o quanto os estudantes são capazes de realizar ações de impacto quando mobilizados por metodologias participativas. Assim, a experiência desenvolvida no Colégio Estadual Dr. Evandro Mendes reafirma a importância da escola como espaço de formação cidadã. O uso de textos legais acessíveis, como a *Constituição em Miúdos I*, aliado a estratégias metodológicas que valorizem a escuta, a criação

e o protagonismo juvenil, mostra-se eficaz para a promoção do letramento político. É preciso, portanto, continuar investindo em práticas educativas que despertem a consciência crítica e fomentem o desejo de transformação social entre os nossos estudantes.

[...] podemos inferir que a escola deve formar cidadãos que reconheçam as contradições da vida social e se vejam como parte delas; que se percebam capazes de reescrever e reelaborar as demandas do mundo que os cerca; que reflitam sobre a natureza dos preconceitos, das opressões, das injustiças e, como agentes transformadores, possam desnaturalizar tais sistemas de dominação (ANDRADE, ROZA; DAMACENO, 2022, p. 15).

Da Educação Básica à Universidade Federal: Letramento e Prática Política-cidadã no Mestrado Profissional

A partir desse trabalho com Letramento Político no Ensino Fundamental, uma experiência educativa que vem rompendo barreiras e provocando reflexões potentes sobre o papel da escola pública na formação cidadã, eu decidi levar essa prática pedagógica para a universidade como objeto de pesquisa acadêmica do meu mestrado. Sendo assim, a proposta central da investigação foi o Letramento Político na educação básica como ferramenta de formação crítica e emancipatória da juventude.

O mestrado, no formato profissional, cumpriu, nesse contexto, uma função essencial: permitir que uma experiência pedagógica nascida na escola pública ganhasse corpo teórico, legitimidade acadêmica e visibilidade institucional. Diferente dos mestrados acadêmicos tradicionais, o mestrado profissional reconhece o valor da prática docente como campo de produção de conhecimento e de transformação social. Assim, essa ponte entre escola e universidade rompe a lógica da subalternidade histórica da educação básica frente ao saber universitário. Ao trazer a escola pública para o centro do debate acadêmico, o mestrado profissional

reafirma a potência do cotidiano escolar como lugar de pesquisa, de criação e de protagonismo docente.

Desse modo, compreendo que o espaço escolar, especialmente quando mobilizado por uma proposta de Letramento Político, deve ser atravessado pelas vozes dos estudantes, suas histórias, demandas e sonhos. É nesse território que se forja a possibilidade de contribuir para o pleno exercício da cidadania e para o fortalecimento da democracia (COSSON, 2011). Nessa perspectiva, é fundamental que o Letramento Político não se restrinja ao campo das produções científicas e acadêmicas, mas que também seja pensado, discutido e vivenciado a partir do contexto da educação básica. Se desejamos formar sujeitos comprometidos com o bem comum e com os valores democráticos, é imprescindível iniciar esse processo a partir do lugar em que a juventude se encontra: a escola. Ao mesmo tempo, é imprescindível articular essa prática ao papel social da universidade, que precisa produzir conhecimento situado e comprometido com a transformação social, devolvendo à sociedade saberes que a sirvam e a impulsionem na construção de um projeto coletivo mais justo e equitativo.

O Letramento Político, portanto, surge nessa experiência como um direito formativo que deve ser garantido desde os primeiros anos da educação básica. A escola pública, nesse contexto, assume o compromisso de formar cidadãos críticos, incentivando os estudantes a refletirem sobre o mundo ao seu redor, a compreenderem como o poder se organiza em suas vidas e a agirem de forma consciente diante das desigualdades e injustiças sociais (FREIRE, 1987). Nesse sentido, a experiência desenvolvida em Lagarto comprova que é possível promover essa formação, mesmo diante de desafios estruturais e limitações históricas. Com criatividade, compromisso e apoio institucional, construímos um caminho educativo que pode (e deve) ser replicado em outras realidades. Trata-se de um exemplo vivo de que a educação é, de fato, o ponto de partida para a mudança social, especialmente quando dialoga com os saberes e vivências dos territórios. Dessa forma, foi de grande importância, enquanto professora, compreender durante o mestrado que,

embora já praticasse o letramento político há algum tempo, só percebi plenamente sua abrangência e relevância quando cheguei ao mestrado. Isso porque a formação inicial não nos prepara para essa prática, e foi no ambiente acadêmico que pude dar nome e compreender a profundidade dessa abordagem, como também afirmar sua centralidade na formação de cidadãos engajados. Vale ressaltar o que Cosson (2011) nos ensina:

Outro requisito é oferecer aos alunos experiências positivas de participação democrática, cuidando para que essa experiência não leve à frustração. Para desenvolver as competências, o conselho dos estudiosos é no sentido de estimular os alunos a se engajarem em projetos reais ao mesmo tempo a participarem de simulações e oficinas que lhes forneça habilidades e conhecimentos. Com referência às conexões democráticas, é fundamental que o estudante perceba que sua ação não é individual, mas sim social. Ao conscientizar-se de como proceder, a recomendação do conselho é integrar o aluno em uma comunidade da qual possa participar ativamente (COSSON, 2011, p. 55).

Portanto, esse trabalho é um convite para repensarmos o papel da escola pública na formação política da juventude e uma convocação para que a universidade continue abrindo portas para as práticas transformadoras que nascem nas salas de aula do Brasil. Espera-se que o letramento político não seja exceção, mas parte integrante do currículo e da vida escolar de todas as crianças e jovens do país.

Uma decisão acertada: o caso da Diretoria Regional Educação 2 (DRE2)

A região Centro-Sul do estado de Sergipe tem vivenciado, nos últimos anos, uma transformação silenciosa, porém potente, no campo da educação para a cidadania. O que começou como uma experiência pedagógica conduzida por mim e outros dois colegas da rede

pública estadual, hoje se consolidou como um movimento regional em defesa da educação para a cidadania nas escolas. O que era uma prática isolada tem se constituído como um programa de formação de lideranças jovens. O respectivo programa visa formar estudantes do ensino fundamental e médio em temas ligados à cidadania, à democracia, à leitura crítica das leis e à participação ativa nos espaços públicos. Sendo assim, com a participação de professores, gestores e comunidades locais, a iniciativa articula teoria e prática, promovendo ações formativas, rodas de conversa, produção de materiais autorais e visitas a espaços públicos que, historicamente, não são acessados pela maioria da população.

A decisão da DRE2 em abraçar a educação para a cidadania como política pedagógica regional revela a importância de se reconhecer e fortalecer propostas que nascem da base da escola pública. Mais do que uma ação pontual, trata-se de um posicionamento político e pedagógico que enxerga os jovens como sujeitos de direitos e como agentes de transformação da sociedade. A experiência da DRE2 comprova que, quando se aposta na formação crítica desde a educação básica, os resultados extrapolam os muros da escola. Nessa perspectiva, há um fortalecimento das redes de proteção social, uma revalorização do papel dos professores e uma reconstrução do vínculo entre educação e democracia. O caso da DRE2 é, sem dúvida, um exemplo de decisão acertada. A escolha por investir na formação político-cidadã, em um tempo de tantos retrocessos democráticos, representa um ato de coragem e compromisso com o futuro. Ao afirmar que a cidadania se aprende, se vive e se ensina desde cedo, essa iniciativa reposiciona a escola pública como protagonista na formação de sujeitos conscientes, críticos e atuantes.

Mais do que uma política pedagógica, o que está em curso na região Centro-Sul de Sergipe é um movimento de esperança, uma esperança que se constrói no cotidiano escolar, nos encontros formativos, nas palavras que ganham sentido novo e nos olhares que descobrem, pela primeira vez, o que significa ser cidadão. O programa desenvolvido pela DRE2 configura-se como uma proposta formativa voltada tanto

para professores quanto para estudantes, articulando temáticas fundamentais como educação para a cidadania, letramento político, políticas públicas, comunicação e liderança. A iniciativa parte do princípio de que a formação cidadã deve ser construída coletivamente, a partir dos territórios e das realidades vividas nas comunidades escolares. Assim, por meio de metodologias ativas e de uma abordagem prática e participativa, as escolas envolvidas são desafiadas a desenvolver projetos inovadores e criativos de impacto social, com o objetivo de atender às demandas locais e fortalecer o protagonismo juvenil. Essa proposta reafirma o papel da escola pública como espaço de formação integral e de transformação social, comprometida com a construção de uma sociedade mais justa, democrática e equitativa.

Para a efetivação do programa, a DRE2 já firmou parcerias estratégicas com diversas instituições que reconhecem a importância de investir em uma educação voltada para a cidadania. Duas universidades – uma pública e outra privada –, além de duas organizações não governamentais, a Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres e a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Empreendedorismo, já integram oficialmente o plano de trabalho da iniciativa, com ações confirmadas e alinhadas aos objetivos do programa. Essa coalizão interinstitucional é fundamental para o fortalecimento de uma educação cidadã, pois amplia as possibilidades de atuação formativa, integra saberes e práticas de diferentes setores da sociedade e reafirma o compromisso coletivo com a formação de sujeitos críticos, autônomos e socialmente comprometidos. Trata-se de um movimento potente de articulação entre escola, universidade, poder público e sociedade civil, que reconhece a educação como eixo estruturante para a construção de um outro futuro possível.

Conclusão

Em síntese, com base nas experiências vivenciadas e analisadas ao longo deste artigo, é possível afirmar que a educação para a cida-

dania, quando concebida a partir dos territórios e das realidades socio-culturais dos sujeitos envolvidos, consolida-se como uma potente estratégia de transformação social. A experiência sergipana evidencia que é plenamente viável implementar políticas públicas educacionais que alcancem a educação básica com intencionalidade formativa voltada ao fortalecimento da consciência crítica, da participação democrática e da intervenção qualificada dos estudantes em suas comunidades. Espera-se, portanto, que este artigo reforce a urgência de incorporar, nos currículos de outras redes de ensino, práticas sistemáticas de educação para a cidadania, educação política, letramento político como eixos estruturantes da formação cidadã.

Enquanto professora da rede pública estadual e pesquisadora comprometida com a formação de sujeitos políticos, reafirmo que as ações implementadas em Sergipe apontam para um novo paradigma da educação pública: aquele que compreende a escola como espaço fundamental na consolidação de uma cultura democrática. Mesmo diante de desafios estruturais, é possível conceber e executar políticas educacionais inovadoras, que valorizem o saber docente, fomentem parcerias interinstitucionais e coloquem os estudantes no centro do processo de aprendizagem crítica. A institucionalização da educação para a cidadania como política pública nacional é, portanto, um passo necessário e urgente. Afinal, educar para a cidadania é, antes de tudo, acreditar que a escola pública pode e deve ser um espaço de resistência, de emancipação e de esperança.

Ademais, é imprescindível reconhecer que a consolidação de uma educação voltada à cidadania exige investimento contínuo em formação docente, interdisciplinaridade curricular e fortalecimento das práticas pedagógicas centradas no diálogo e na escuta ativa. Não podemos permitir que a vivência democrática na escola se restrinja a eventos pontuais ou projetos isolados, ao contrário, deve constituir-se como prática cotidiana, enraizada na gestão escolar, no planejamento didático e nas relações interpessoais. Assim, o compromisso com a formação de sujeitos históricos e críticos precisa ser assumido coletivamente. Logo, a

construção de uma escola verdadeiramente democrática é um projeto político-pedagógico que demanda coragem, engajamento e uma visão transformadora da educação pública. Sigamos, então, em Sergipe e para além do nosso estado construindo uma educação para a cidadania com compromisso e engajamento social.

Referências

ANDRADE, A. de M.; ROZA, E. S.; DAMACENO, T. M. dos S. S. **Gêneros da Linguagem: Intersemioses e Práticas de Multiletramentos na Escola**. São Paulo: Pá de Palavra, 2022.

COSSON, R. Letramento Político: Trilhas Abertas Em Um Campo Minado. **E-Legis – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, Brasília, n. 7, p. 49-58, 2011.

COSSON, R. Letramento político: por uma pedagogia da democracia. **Cadernos Adenauer**, n. 3, p. 25-36, 2010.

DANTAS, Humberto. O caráter essencial da Educação Política e o desenvolvimento da democracia no Brasil. **Cadernos Adenauer** XI, no3: Educação Política: reflexões e práticas democráticas. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, agosto 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRUPO NOVA LONDRES. Uma Pedagogia dos Multiletramentos: Projetando Futuros Sociais. **Revista Linguagem em Foco**, v. 13, n. 2, 2021. p. 101-145.

Humberto; COSSON, Rildo; ESTRAMANHO, Rodrigo. Educação para a democracia: desafios na prática da formação política de adolescentes. In: BERNARDES, Cristiane Brum e SCHWARTZ, Fabiano Peruzzo (Org.). **Comunicação, educação e democracia no legislativo brasileiro**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

DANTAS, Humberto e CARUSO, Vinicius. Politização nas Escolas: o quando os jovens compreendem essa demanda?. **E-legis**, Brasília, n.7, p. 22-33, 2º semestre 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL, Senado Federal. Constituição em Miúdos I. In: MACEDO, M. **Constituição em Miúdos**. 5. ed. Brasília, DF: Senado Federal, 2023.

BRASIL, Lei nº 9394/96. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 09 fev. 2025.

SILVA, G. E. A. Desenvolvimento do letramento crítico: possíveis caminhos a partir de contribuições da pedagogia crítica, da análise crítica do discurso e da exploração de inferências. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, UFMG, Belo Horizonte, 2021.

Cleciane Santos Alves é professora de Língua Portuguesa da Rede Estadual de Educação de Sergipe e professora pedagoga da Rede Municipal de Educação de Lagarto/SE. Graduada em Letras e Pedagogia, especialista em “Alfabetização e Letramento” e “Metodologias Ativas aplicadas ao ensino”, mestra pela Universidade Federal de Sergipe em “Estudos da Linguagem e Práticas Sociais”, com pesquisa voltada para o “Letramento Crítico e a Prática Político-Cidadã”. Para além disso, é cronista, gestora de projetos educacionais, formadora de professor, membro das Redes Nacional e Estadual de Educação Cidadã, ativista social e coordenadora dos projetos “Conexão Cidadã”, “Vocalizando o Silêncio” e “Lidera Aí”. A educação para ela é mais do que profissão, é causa.